

A exclusão dos excluídos X

JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI

A complexidade do cenário não-regulamentado no qual residem os planos de saúde, aliada ao caos persistente do sistema público, causa uma perplexidade ao cidadão que o inabilita de atuar defendendo seus direitos nos dois setores.

Abre-se, assim, um espaço sem limites para a ganância inesgotável dos planos e seguros de saúde, para a incompetência impune de administradores do sistema público de saúde e para as estultices das propostas de solução destituídas de visão global e experiência. A tudo isso deve-se acrescentar que a interdependência do SUS e dos planos de saúde impede que sejam analisados separadamente.

Vejamos, apenas a título de exemplo, a questão da exclusão de procedimentos diagnósticos e terapêuticos, que se coloca como "inevitável" para a comercialização dos planos de saúde. Pessoalmente, penso que é antiética, pois os planos podem diferir nos custos por luxo, conforto e até por oferecer somente a atenção hospitalar, mas nunca por excluir procedimentos que significam, quando necessários, a vida ou a morte de pessoas.

Dando como correta a exclusão de cirurgias estéticas, ilegais ou experimentais, excluir transplante renal significa condenar à morte 60% dos renais crônicos que estão fazendo diálise; excluir Aids significa roubar de cada aidético alguns anos (preciosos) de vida; excluir doenças preexistentes pode significar o não-tratamento de um bom número de neoplasias malignas insidiosas que levarão os pacientes à morte.

Poderia me estender por páginas em outros exemplos, mas o importante é como resolver a questão das exclusões, dentro dessa maldita globalização que sabe o preço de tudo, mas não conhece o valor de nada, incluindo-se aí a saúde e a vida.

Nesse cenário, que já está sendo modificado no resto do mundo, mas para o qual estamos sendo empurrados tardiamente, não vamos conseguir proibir exclusões. É preciso que aqueles que possuem planos excludentes possam, quando necessitarem, ter esses atendimentos no SUS. Esta é uma das razões pelas quais não se pode reduzir o atendimento do sistema público de saúde

Excluir transplante renal significa condenar à morte 60% dos renais crônicos que estão fazendo diálise

aos que não ganham o suficiente para comprar planos de saúde.

Por outro lado, para estimular o controle e a diminuição das exclusões, dever-se-ia estabelecer a obrigatoriedade do pagamento ao SUS pelos planos e seguros excludentes.

Uma boa forma seria obrigá-los a resarcir o SUS, aos preços do SUS (que são ridiculamente baixos), pelos procedimentos que os seus pacientes realizarem no SUS. Isso causaria um pequeno aumento das despesas, que seguramente seria repassado para o usuário, mas este, por sua vez, ficaria protegido. Paralelamente, os hospitais

do SUS receberiam os procedimentos realizados com 100% de acréscimo — o que os ajudaria a sair da situação crônica de insuficiência orçamentária. Em outras palavras, seria uma forma de resseguro.

Este é apenas um exemplo, o das exclusões, entre tantos outros (inadimplência, aumento de mensalidades, limitação dos dias de internação, medi-

camentos, seguros em grupo, assistência médica aos idosos, doenças crônicas, patologias específicas, deficientes etc.), que mostra, por meio de uma discussão — ainda que muito parcial —, a necessidade de legislar, com cuidado, sobre a atuação dos planos de saúde, estruturar, organizar e aprimorar o sistema público, promovendo esses dois movimentos ao mesmo tempo.

Saúde é coisa séria e complexa. Não pode ficar entre a ganância excessiva e não controlada do privado e a incompetência, o amadorismo, a irresponsabilidade e a ociosidade do público.

Esse conflito dilemático, transportado para o Congresso, mereceu do articulista Elio Gaspari a denominação de "diálogo de surdos", em um artigo tão irônico e agressivo quanto perspicaz e necessário para aguçar a curiosidade da imprensa para essa questão, que não será resolvida com dignidade e inteligência se ao "bloco das seguradoras", como classifica Gaspari, não se contrapuser um lobby informado e atuante dos 40 milhões de "usuários" de planos de saúde e dos 90 milhões de "usuários" do SUS.

